

**Universidade Federal de São Carlos - Campus São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia**

**Desenvolvimento Moral e o Comportamento de Mentir: Uma Revisão
Sistemática**

Flora Goulart Coutinho

Trabalho apresentado como requisito para
conclusão no curso de *Graduação em
Psicologia* da Universidade Federal de
São Carlos, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Débora
de Hollanda Souza

São Carlos

Novembro – 2021

Sumário

Resumo	2
Abstract	3
1.Introdução	4
2. Método	11
3. Resultados e Discussão	13
4. Conclusão	24
Referências	27

Resumo

O desenvolvimento moral pode ser definido como um conjunto de mudanças que ocorrem ao longo do tempo na forma como as crianças raciocinam e tomam decisões sobre o que é certo ou errado. O comportamento de mentir, por sua vez, tem sido utilizado em diferentes estudos sobre desenvolvimento moral para se avaliar a forma como crianças e adolescentes raciocinam sobre violações e/ou dilemas morais. A presente revisão sistemática teve como objetivo sintetizar os resultados de estudos empíricos investigando o desenvolvimento moral e sua possível correlação com o comportamento de mentir (i.e., engajamento e julgamento moral). A busca foi realizada nas bases de dados PsycINCO, Scielo e LILACS, utilizando as palavras-chave *moral development*, *lying*, *lies* e *moral reasoning*, assim como seus correspondentes em português. De um total de 24 artigos, foram analisados 12 artigos empíricos, publicados entre 2011 e 2020, seguindo o protocolo PRISMA. Os resultados dos estudos analisados apontam para uma correlação entre o desenvolvimento moral das crianças e a forma como elas compreendem, interpretam e julgam mentiras. Mais especificamente, seus julgamentos sobre o comportamento de mentir passam a incluir atribuições de intencionalidade e revelam um viés menos egocêntrico. Alguns estudos apontam também para o papel de práticas culturais nesse processo de desenvolvimento. Por exemplo, culturas mais coletivistas tendem a apresentar níveis maiores de sensibilidade à intenção/motivação para o comportamento de mentir. Uma direção futura promissora é a de se explorar melhor como as experiências iniciais das crianças, particulares de cada cultura, influenciam o desenvolvimento moral.

Palavras-chave: desenvolvimento moral; mentiras; cognição social.

Abstract

Moral development can be defined as a set of changes that occur throughout time in the way children think and make decisions about what is right or wrong. Lying behavior, in turn, has been used in different studies on moral development in order to assess how children think about moral violations and/or dilemmas. The present systematic review aimed to provide a synthesis of findings from empirical studies investigating moral development and a possible correlation with lying behavior (i.e., engagement and moral judgment). The search was conducted in the PsycINCO, Scielo e LILACS databases, using the keywords *moral development*, *lying*, *lies* e *moral reasoning* as well as their correspondents in Portuguese. From a total of 24 papers found, 12 empirical articles, which were published between 2011 and 2020, were analyzed according to the PRISMA protocol. The findings from the selected studies point to a correlation between children's moral development and the way in which they understand, interpret and judge lies. More specifically, their judgments on lying behavior gradually include more attributions of intentionality and reveal a less egocentric bias. Some studies also point to the role of cultural practices in this developmental process. For example, more collectivistic cultures tend to present higher levels of sensibility to the intention/ motivation for lying. A promising future direction is to better explore how children's initial experiences, specific to each culture, influence moral development.

Keywords: moral development; lying; social cognition.

1.Introdução

1.1. História dos estudos sobre moralidade

Grandes teóricos da Psicologia e outras áreas de conhecimento estudaram e formularam teorias a respeito do desenvolvimento moral do ser humano, como Freud, Skinner, Piaget, Darwin e Durkheim. As pesquisas sobre o tema são amplas e têm se concentrado no julgamento moral e no desenvolvimento da moralidade em crianças, relacionando-o às mais diversas variáveis: comportamento, emoções, empatia, biologia e comportamento pró-social (Killen e Smetana, 2013).

Piaget, com a publicação da obra “O julgamento moral das crianças” (1932/1965 citado por Evans e Lee, 2013), foi pioneiro ao examinar de forma sistemática os conceitos e o julgamento das mentiras feito por crianças, com foco em dois aspectos principais: o respeito às regras e os conceitos de justiça (Piaget. 1932/1965). Para ele, a moralidade é um sistema de regras e por isso, seguindo o pensamento racionalista, ele estudava, por meio da observação, os tipos de erros cometidos pelas crianças de diferentes idades em situações de jogos envolvendo regras (Piaget. 1932/1965). Seu argumento era o de que as crianças, a partir dos 5 anos, passam a descobrir por conta própria como diferenciar aquilo que é considerado moral ou imoral, ou seja, quando elas entram no estágio moral heterônomo (Shaffer e Kipp, 2010).

A partir desses estudos, Piaget elaborou sua teoria dos estágios do desenvolvimento moral, dividido em três estágios (Piaget. 1932/1965, citado por Shaffer e Kipp, 2010). O primeiro estágio é o período pré-moral, no qual as crianças demonstram pouca preocupação ou consciência das regras socialmente definidas. O segundo estágio é o da moralidade heterônoma, que ocorre entre 5 e 10 anos, e é nessa fase em que Piaget considera que a criança passa a desenvolver uma moralidade verdadeira (realismo moral, como se a regra fosse algo

concreto, que não é subjetiva). Nela, as crianças enxergam as regras e autoridades como sagradas e inalteráveis. Por fim, no estágio da moralidade autônoma, a partir dos 10 ou 11 anos, as crianças passam a entender que regras são acordos arbitrários que podem ser desafiados e mudados.

Um importante determinante indicado por Piaget para o desenvolvimento moral é a exposição a situações relacionadas ao julgamento moral.. Apesar da inegável importância de Piaget para a área, pesquisadores afirmam que Piaget pode ter subestimado a capacidade de julgamento das crianças, uma vez que estudos mais recentes indicam que até mesmo crianças pré-escolares podem identificar uma mentira e julgá-la (Evans e Lee, 2013).

A partir desse período até a década de 1980, as pesquisas na área estagnaram e, durante esse tempo, houve predomínio da teoria do pesquisador Lawrence Kohlberg (Evans e Lee, 2013). Kohlberg propôs dilemas morais, pequenas histórias que tornaram possível medir o desenvolvimento moral dos sujeitos a partir das respostas dadas (Kohlberg, 1969, 1971, citado por Haidt, 2012). Ao analisar os dados coletados com a apresentação desses dilemas, o autor propôs seis estágios de raciocínio infantil sobre o mundo social, que se encaixavam com os estágios do raciocínio infantil sobre o mundo físico proposto anteriormente por Piaget. Esses estágios são divididos em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional (Kohlberg, 1982).

O nível pré-convencional é o da maioria das crianças até 9 anos. Nesse nível, o respeito às regras se dá pelo medo da punição e pelo respeito às autoridades. Com o avançar da idade, a criança passa a compreender que as pessoas têm interesses diferentes, o que pode levar a conflitos. Assim, no fim desse nível, ela entende que o certo e o errado podem ser relativos. No nível convencional, relativo aos adolescentes e a maioria dos adultos, há conformidade e manutenção das normas, acordos e expectativas da sociedade. O indivíduo compreende a

existência de interesses do grupo e entende que estes devem ser colocados à frente dos interesses individuais. Por fim, no nível pós-convencional, há uma compreensão e diferenciação entre normas e expectativas sociais e seu próprio entendimento de certo e errado. O indivíduo então define seus valores com base em seus próprios princípios e considera a diferença entre os pontos de vista legal e moral, compreendendo que, por vezes, eles podem divergir. Kohlberg, então, concluiu que as crianças que mais se desenvolviam moralmente eram aquelas que tinham a chance de estar em situações durante as quais elas conseguiam se colocar no lugar das outras crianças (Haidt, 2012). Ou seja, a experiência, mais do que o testemunho de outros, as ensinava sobre como lidar com questões morais.

No início dos anos 80 surgem novas ideias sobre desenvolvimento infantil, impactando os estudos sobre moralidade (Evans e Lee, 2013). Começa-se a olhar para duas importantes variáveis: a intencionalidade (Astington, 1986; Astington, Harris & Olson, 1988, citados por Evans e Lee, 2013) e a convenção social (Turiel, 1983, citado por Evans e Lee, 2013). Os estudos se voltam para o papel que essas variáveis exercem no desenvolvimento cognitivo de forma geral e no desenvolvimento moral de forma mais específica (Evans e Lee, 2013).

Elliot Turiel seguiu a teoria do domínio social sobre o desenvolvimento moral e, inspirado por Piaget e Kohlberg, também se apoia na linha racionalista (Haidt, 2012). No entanto, ele defende que o desenvolvimento moral, assim como o social e o emocional, irá acontecer a partir dos relacionamentos bidirecionais e ativos entre adultos e crianças (Turiel, 2015).

Buscando estudar os primeiros sinais de um pensamento moral em crianças, Turiel criou uma série de histórias curtas nas quais as crianças quebravam regras e os participantes tinham que responder a perguntas sobre a história ouvida (Haidt, 2012). Através das histórias, é possível avaliar, por exemplo, a influência de práticas culturais no julgamento moral do

indivíduo. O autor observou que crianças com apenas 5 anos de idade já conseguiam fazer a distinção entre convenções sociais (e.g., qual roupa usar em determinada situação ou como se alimentar) e regras morais, ou seja, aquelas relacionadas à justiça, direitos, e bem estar na convivência com outras pessoas (Turiel, 1983, citado por Haidt, 2012). As crianças observadas demonstravam também uma maior flexibilidade em relação às convenções sociais, mas por outro lado, tratavam regras morais de forma mais rígida, ou seja, consideravam que a violação de uma norma moral é muito mais grave que a violação de uma convenção social (Turiel, 1983, citado por Haidt, 2012).

Para Haidt (2012), “a moralidade é autoconstruída pelas crianças com base em suas experiências com o dano.” Sua visão advém do racionalismo, que dominava a área nos anos 1990, sendo uma alternativa à dicotomia nativismo/empirismo. Com estudos realizados em diferentes culturas, ele percebeu que o domínio moral é único em cada uma e que as emoções desempenham um papel importante no processo de avaliação e julgamento moral, fazendo com que as pessoas se comportem de forma mais intuitiva, criando uma justificativa racional para suas escolhas depois.

Uma maneira de se compreender o desenvolvimento moral é a partir dos estudos de julgamento da mentira. Algumas perguntas relacionam os dois temas: Em que momento as pessoas começam a mentir? As crianças interpretam mentiras como tal a partir de que momento? A compreensão da mentira é algo inerente ao ser humano? Como julgamos a mentira? Por que a mentira é vista como um comportamento moralmente condenável? E as mentiras pró-sociais? Estudar o comportamento de mentir e o julgamento moral é uma forma de buscar compreender como o desenvolvimento moral se dá, quando ele surge, quais são as habilidades necessárias para que ele ocorra. Diversos estudos fazem uso de comportamentos

que podem representar a violação da moralidade - como a mentira - para observar de forma prática como se dá o raciocínio e o julgamento moral das pessoas.

1.2. Desenvolvimento moral, cognição social e comportamento de mentir

Vários teóricos clássicos na Psicologia e em outras áreas de conhecimento se interessaram em estudar/explicar desenvolvimento moral. Apesar de posições teóricas diferentes, um objeto de estudo de interesse de vários desses teóricos era a mentira. Na Filosofia, existem duas principais correntes que discorrem a respeito da moralidade: uma desaprova a mentira sob qualquer circunstância, enquanto a outra afirma que sua implicação moral depende do contexto em que ela ocorreu (Evans e Lee, 2013). De acordo com Fillmore (1975, citado por Evans e Lee, 2013), a escola filosófica de Kant (1949, citado por Evans e Lee, 2013) segue uma linha mais radical, afirmando que a honestidade é moralmente correta, enquanto mentir é errado independentemente da circunstância em que ocorre. Já para Bentham (1843, citado por Evans e Lee, 2013) e Mill (1869, citado por Evans e Lee, 2013), conhecidos como filósofos utilitaristas, o contexto em que a mentira ocorreu deve ser levado em consideração ao se fazer o julgamento. Os utilitaristas modernos consideram a forma como as convenções culturais determinam as implicações morais da mentira (Evans e Lee, 2013). As pesquisas atuais também acompanham essa perspectiva, colocando o contexto como um importante fator ao se fazer o julgamento moral da mentira, principalmente quando se trata de mentiras pró-sociais, que muitas vezes são incentivadas, em contraste às mentiras para esconder um erro, que costumam ser punidas.

Segundo Evans e Lee (2013), os primeiros estudos envolvendo crianças e o comportamento de mentir datam de 1877, quando Darwin publicou o livro “Esboço biográfico de uma criança” (tradução livre). Na obra, o cientista discorre sobre as mentiras que seu filho

de 2 anos costumava contar. Apesar de ser um relato bastante pessoal e não muito objetivo, ele foi um importante teórico da área.

Conforme os estudos nesse campo avançaram, diversos pesquisadores passaram a argumentar que para se compreender o desenvolvimento moral, é fundamental compreender também o desenvolvimento sociocognitivo das crianças. O conceito de Teoria da Mente tem sido central em grande parte dos estudos nessa área, sendo esse fenômeno convencionalmente definido como “habilidade de atribuir um estado mental a si mesmo e a outros” (Wimmer & Perner, 1983). A Teoria da Mente reúne, na verdade, um grande arcabouço de habilidades sociocognitivas que são fundamentais para que os indivíduos se relacionem. Um dos componentes da teoria da mente é a atribuição de crença falsa, ou seja, a capacidade de compreender que outra pessoa pode acreditar em algo que não condiz com a realidade. Por exemplo, se Ana guarda um chocolate no armário amarelo e, durante o tempo que está fora, sua mãe o pega e o guarda no armário azul, Ana continuará acreditando que ele está no armário amarelo até que alguém a avise ou ela o procure.

A atribuição de crenças falsas é uma das principais habilidades que fazem parte da Teoria da Mente, mostrando avanços significativos entre os 4 e 5 anos de idade (Wellman, Cross e Watson, 2011, citados por Vendetti, Kamawar e Andrews, 2019). A mentira está diretamente relacionada a essa habilidade, uma vez que ela implica no ato de estabelecer propositalmente uma crença falsa no ouvinte com a ciência de que ela não é real (Chisholm e Feehan, 1977, citado por Evans e Lee, 2013).

Atualmente, os principais estudiosos da mentira na Psicologia do Desenvolvimento são Kang Lee, Victoria Talwar e Gail Heyman. Talwar e Lee (2008, citados por Evans & Lee, 2013) propuseram um modelo para o desenvolvimento da mentira, dividido em três etapas: as mentiras primárias (2 aos 3 anos), as mentiras secundárias (4 aos 6 anos) e as mentiras terciárias

(7 anos em diante). As funções executivas desenvolvidas nesse período, como o controle inibitório e a memória de trabalho, são essenciais para a compreensão da mentira (Evans & Lee, 2013).

As mentiras primárias surgem entre 2 e 3 anos de idade, quando a criança já mente para ocultar alguma transgressão e evitar a punição, mas sem necessariamente compreender os estados mentais do seu interlocutor. As mentiras secundárias, que surgem a partir dos 4 anos, revelam que a criança é capaz de identificar os estados mentais da outra pessoa e deliberadamente tentar manipular esse estado mental (i.e., levando a pessoa a acreditar em algo que ela sabe não ser verdade). Por fim, as mentiras terciárias surgem quando o indivíduo tem a habilidade de manter a mentira ao longo do tempo, não caindo facilmente em contradição.

Os estudos sobre moralidade hoje têm impacto nas mais diversas áreas (Killen e Smetana, 2013). Na Economia, estuda-se a questão da tomada de decisão quando se leva em conta a distribuição justa de recursos; na Psicologia Social pesquisa-se sobre quais condições levam os indivíduos a inibir ou não seus preconceitos; filósofos experimentais questionam qual o papel do julgamento moral na Teoria da Mente; a Neurociência investiga quais processos neurais estão envolvidos no julgamento moral. No Brasil, a relação entre desenvolvimento sociocognitivo e moral ainda é pouco explorada. Algumas pesquisas têm se focado em aspectos específicos da cultura brasileira, como por exemplo, o fenômeno conhecido como o jeitinho brasileiro (Ferreira, Fischer, Porto, Pilati, & Milfont, 2012; Motta e Alcadipani, 1999). Arruda (2018) investiga, em seu estudo, as mentiras como parte integrante do processo de educação das crianças. Faz parte da cultura do país dizer, por exemplo, que se a criança brincar com fogo ela irá fazer xixi na cama. Em um dos seus experimentos, os participantes de 7, 9 e 11 anos ouviam histórias nas quais o protagonista poderia mentir pró-socialmente, dizer uma verdade dolorosa, mentir de forma caluniosa ou fazer um elogio em um ambiente público ou privado.

Em seguida, elas avaliavam quanto o comportamento do personagem foi bom ou ruim. Os resultados demonstraram que crianças mais velhas avaliam que é melhor dizer uma verdade que magoa em um ambiente privado do que público, não havendo diferença do ambiente quando é uma mentira pró-social.

O presente estudo tem como objetivo contribuir nessa direção ao sintetizar as principais evidências científicas na área do Desenvolvimento Moral e sua possível correlação com comportamento de mentir, através de uma revisão sistemática da literatura produzida entre 2011 e 2020 em Língua Portuguesa, Espanhol e Inglês. Ao identificar os estudos, espera-se poder reunir informações sobre a área de modo a delinear métodos e instrumentos utilizados, bem como quais conclusões têm resultado de tais pesquisas, o que poderá instrumentar estudos futuros.

2. Método

A pergunta motiva a presente revisão sistemática é: o que os estudos dos últimos 10 anos nos falam sobre o comportamento de mentir em relação ao desenvolvimento moral? Como o comportamento de mentir é avaliado conforme ocorrem mudanças no desenvolvimento moral das crianças?

A presente revisão sistemática foi realizada segundo o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Liberati et al., 2009).

2.1. Bases de dados e termos de busca

A busca foi feita nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e PsycINFO. Os termos de busca utilizados com os operadores booleanos foram

“desenvolvimento moral” AND “mentir”, “desenvolvimento moral” AND “mentiras”, “raciocínio moral” AND “mentir” e “raciocínio moral” AND “mentiras”, assim como seus correspondentes em inglês: *moral development* AND *lying*, *moral development* AND *lies*, *moral reasoning* AND *lying* e *moral reasoning* AND *lies*.

2.2. Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão utilizados para a seleção dos trabalhos foram os seguintes: a) ser um relato de estudo empírico; b) ser um estudo cuja população alvo são crianças e/ou adolescentes de desenvolvimento típico (3 a 18 anos); c) ter o texto completo disponível; d) ter sido publicado entre 2011 e 2020; e) ter uma versão em Português, Inglês ou Espanhol; e) ter sido publicado em um periódico revisado por pares.

Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: a) o tema central do trabalho não ser comportamento de mentira/desenvolvimento moral; b) a população alvo ser de bebês ou adultos; c) a população alvo era de pessoas de desenvolvimento atípico; d) o foco ser clínico ou de intervenção terapêutica; e) o trabalho ser teórico ou de revisão de literatura; f) o trabalho ser um prefácio, comentário ou resenha de livro.

2.3. Procedimento

A busca foi realizada no mês de novembro de 2020. Em uma segunda etapa, como o auxílio do software START, os títulos e resumos dos trabalhos foram analisados utilizando-se os critérios de inclusão e exclusão.

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados de acordo com as seguintes categorias de análise: a) país onde o trabalho foi realizado; b) periódicos onde os artigos foram publicados; c) características dos participantes (e.g., idade, nível socioeconômico, etnia); d)

desenho de pesquisa (teste de correlações / experimental / descritivo; e) medidas utilizadas (para desenvolvimento moral e para comportamento de mentir); f) variáveis independentes e dependentes ou de interesse, no caso de estudos correlacionais; g) principais resultados.

3. Resultados e Discussão

A busca resultou em um total de 24 artigos, sendo que 21 foram obtidos na base de dados PsycINFO, três na base de dados SciELO, sendo que eram duplicados com relação à primeira base. Nenhum resultado foi encontrado na base de dados LILACS utilizando-se os termos de busca pré-definidos. Dos 24 artigos, cinco foram excluídos por serem duplicados (base de dados PsycINFO), três foram excluídos com base nos critérios de exclusão (base de dados PsycINFO) e um não foi localizado na íntegra em inglês, espanhol ou português. O total de artigos lidos na íntegra e analisados, portanto, foi 12, conforme esquematizado na Figura 1.

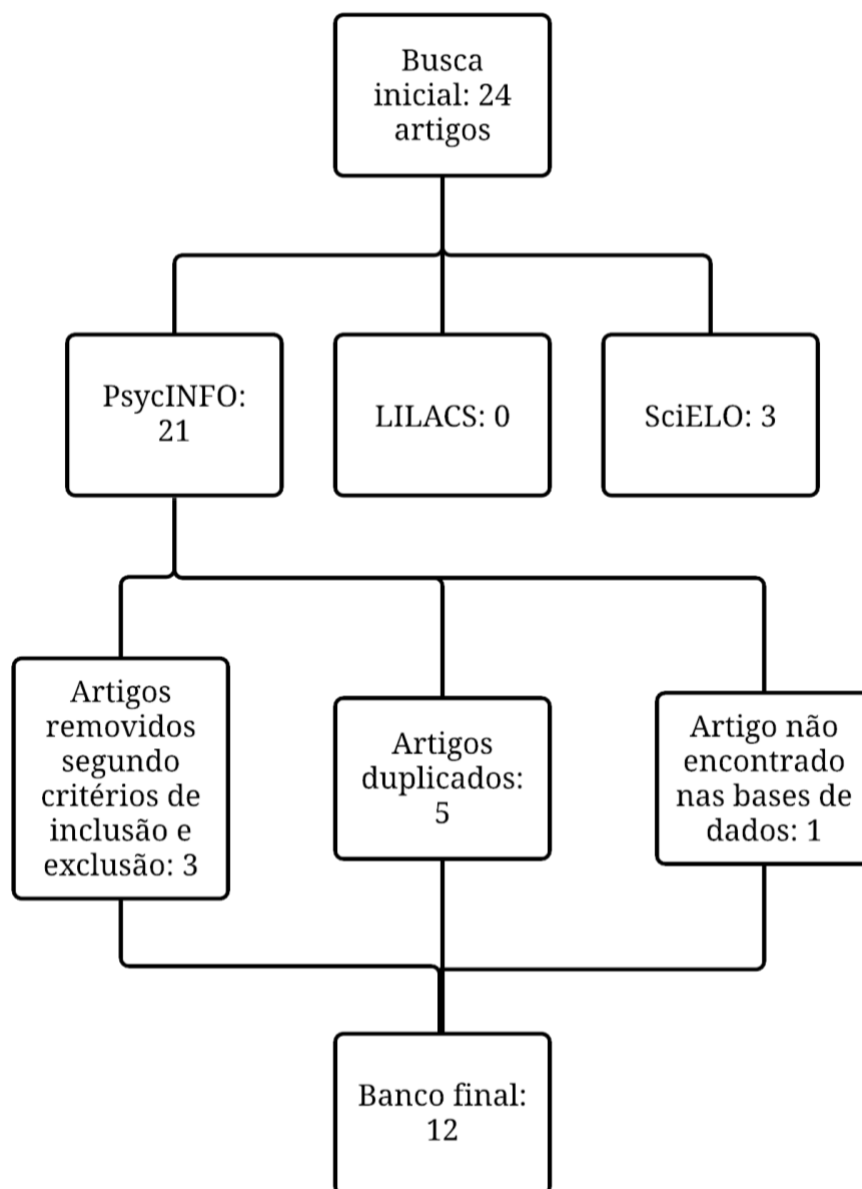


Figura 1. Organograma artigos banco de dados

Em relação à quantidade de artigos científicos publicados sobre o tema desenvolvimento moral e comportamento de mentir no período investigado (2011 a 2020) é possível observar um crescimento significativo nos últimos quatro anos (2017 a 2020). Nesse período, o total de estudos que atendem aos critérios de inclusão é nove, enquanto no período anterior (2011 a 2016), foram encontrados apenas três estudos, ou seja, a produção de artigos sobre o tema triplicou de um período para o outro.

No que se refere à origem dos estudos, o país que mais concentra estudos é os Estados Unidos ($n = 4$). O Canadá possui três estudos e a China possui dois. Austrália e Japão possuem um estudo cada. É importante ressaltar que há um estudo transcultural com população australiana e de Singapura (Lim et al., 2019). Observa-se que há tanto países Ocidentais quanto Orientais estudando o tema de desenvolvimento moral e mentira; tal observação evidencia um dos pontos investigados na área: há indícios que as sociedades Orientais, por serem mais coletivistas, aceitam e valorizam mais as mentiras pró-sociais. De acordo com Benenson, Markovits, Roy e Denko (2003, apud Arruda, 2018), por exemplo, o comportamento pró-social no relacionamento com outras crianças ou com os pais é mais frequentemente observado em crianças asiáticas do que em crianças ocidentais, o que indica um fator cultural que impacta no comportamento. Tal fator também está relacionado ao comportamento de educar dos pais. Segundo Heyman, Luu e Lee, 2009, apud Arruda, 2018, “os pais asiático-americanos tendem a ter uma visão mais favorável sobre mentir para crianças com o objetivo de promover a obediência comportamental” quando comparados a pais europeus-americanos.

A figura 2 ilustra os estudos por país.

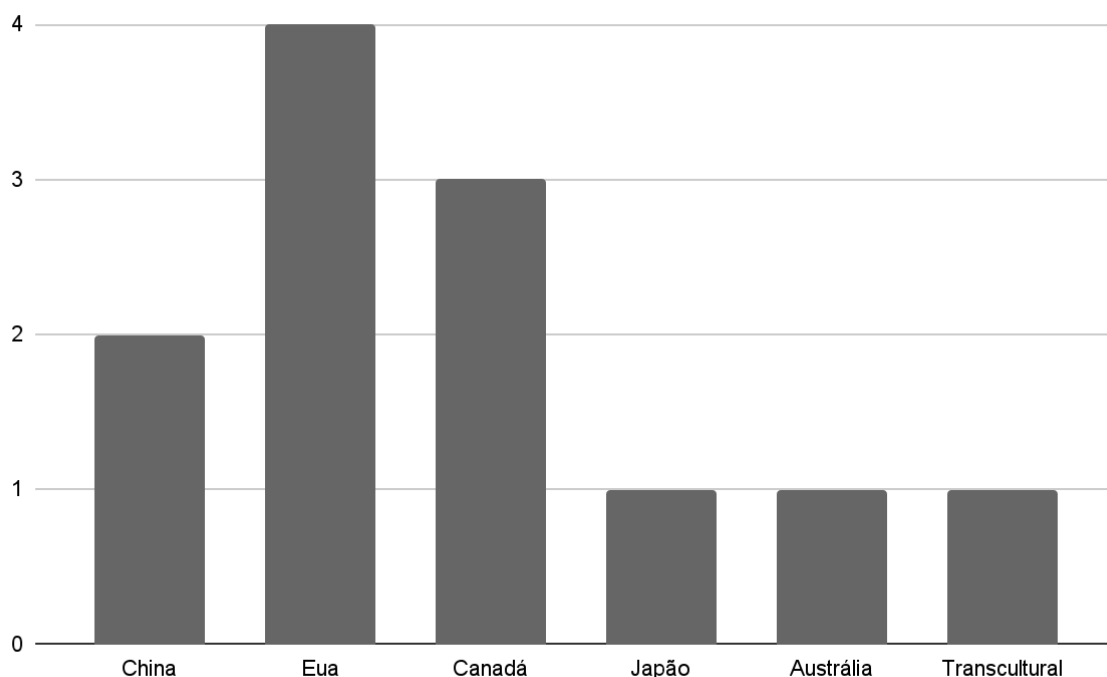


Figura 2. Distribuição dos estudos por país

Os artigos selecionados foram publicados em nove diferentes periódicos, sendo que cinco deles são voltados para a área da Psicologia do Desenvolvimento (55,5%). Sete dos nove periódicos (77,7%) apresentam um fator de impacto que varia entre 2 e 3 (*Journal of Experimental Child Psychology*; *Journal of Moral Education*; *European Journal of Developmental Psychology*; *Journal of Applied Behavior Analysis*; *Journal of Applied Behavior Analysis*; *Childhood: A Global Journal of Child Research*); um (11,1%) apresenta fator de impacto de 3,845 (*Developmental Psychology*) e um não possui fator de impacto (*Chinese Journal of Clinical Psychology*).

Com relação às características das amostras dos estudos selecionados, a maioria teve amostras com mais de 150 participantes ($n = 6$; 50%), seguida por amostras entre 50 e 150 participantes ($n = 4$; 33,3%) e finalmente os com menos de 50 participantes ($n = 2$; 16,6%). O trabalho que reporta maior amostra ($n = 1212$) consiste em uma pesquisa realizada no Japão

com crianças entre 8 e 14 anos que investiga, através de um questionário, os motivos das crianças admitirem ou não seus comportamentos pró-sociais (Watanabe e Lee, 2016). Dos estudos que incluíram informações sobre a etnia ($n = 6$), cinco reportam uma maioria de participantes brancos. Dos 12 trabalhos selecionados, três incluíram crianças em idade pré-escolar em sua amostra (Harvey, Davoodi, Blake, 2018, Sai, Liu, Li, Compton e Heyman, 2020, Rizzo, Li, Burkholder e Killen, 2019), que conta com crianças de 5 a 8 anos.

Com relação ao método, é importante destacar que a maior parte dos estudos ($n = 7$, 58,3%) faz uma análise transversal para investigar o efeito da idade no desempenho das crianças nas tarefas propostas. Tal comparação de idades é um dado importante, uma vez que a maior parte dos estudos investigam o desenvolvimento moral das crianças.

O estudo de Doyle e Bussey (2018) investiga a possível correlação entre desengajamento moral através da mentira e a predição do comportamento de endossar mentiras anti sociais em histórias em que uma conduta transgressiva acontece. Participaram do estudo 107 crianças em dois grupos de idade (6 e 9 anos de idade). Para medir o desengajamento moral, foi utilizada uma escala Likert de 5 pontos baseada nos oito mecanismos de desengajamento moral estabelecidos por Bandura (1991, apud Doyle e Bussey, 2018), enquanto para medir o comportamento de endossar mentiras antissociais foram utilizadas duas histórias em que uma criança testemunha ou não uma transgressão. Se a criança visse a transgressão, ela era incentivada a dizer que não havia visto nada, e se ela não visse a transgressão, ela era incentivada a dizer que havia visto. Após responder a perguntas de compreensão, os participantes deveriam responder o que eles fariam na situação das histórias: eles mentiriam ou diriam a verdade? A hipótese do estudo foi confirmada: os participantes que demonstraram maior nível de desengajamento moral através da escala também acertaram mais as predições de que o personagem mentiria na história.

Harvey, Davoodi e Blake, 2018, investigaram se crianças entre 5 e 8 anos mentiriam como forma de intervir para ajudar alguém quando é provável que uma transgressão moral aconteça, apesar de saberem que mentir é errado. Foram realizados três estudos nos quais os participantes deveriam escolher dizer a verdade ou mentir para enviar para o local errado um personagem que estava procurando por outro no parque. Em cada estudo foram alterados alguns fatores na história: no primeiro, o personagem queria roubar o brinquedo ou dar cookies ao outro; no segundo, ele gostaria de roubar o brinquedo em ambas situações, porém em uma delas ele faria mal à vítima; no terceiro, em ambas condições ele faria mal à vítima, porém em uma a situação era descrita como roubo e em outra ela foi descrita como uma ação positiva. No Estudo 1, crianças mais velhas mentiram mais quando o personagem tinha a intenção de roubar o brinquedo da outra. No Estudo 2, crianças de todas as idades se mostraram mais propensas a mentir na situação em que a vítima sofreria um mal. Por fim, no Estudo 3, os participantes mentiram mais na situação descrita como roubo. Os autores concluem que crianças, a partir de 5 anos, são capazes de mentir para prevenir uma transgressão, porém é mais provável que isso aconteça quando ela esteja explícita ou que evidencie-se o mal que a vítima pode sofrer.

Lim et al. (2019) apresentam um estudo transcultural que envolve crianças de Singapura e da Austrália. De acordo com os autores, as duas sociedades são similares em inúmeros aspectos, sendo uma das exceções a orientação de seus valores. Enquanto Singapura é altamente voltada para uma vida mais coletiva, na Austrália, as pessoas são altamente individualistas. Os pesquisadores hipotetizaram que as diferenças culturais se refletem na sensibilidade à intenção da mentira pró-social: as crianças orientais seriam mais hábeis em diferenciar as motivações das mentiras. Além da relação transcultural, o estudo tem como objetivo identificar se e como a Teoria da Mente e a empatia cognitiva se relacionam com a avaliação moral e com a intenção sensitiva a mentiras em crianças de 9 anos. Os participantes

ouviam 8 histórias em que o protagonista mente deliberadamente - quatro eram mentiras para benefício próprio e quatro eram mentiras pró-sociais. Em seguida, elas respondiam uma escala Likert de sete pontos variando entre "muito ruim" e "muito boa", medindo sua avaliação moral sobre o comportamento do protagonista. Como forma de avaliação da Teoria da Mente foram realizadas duas tarefas de crença falsa; para avaliar a empatia cognitiva foram utilizadas 17 imagens de crianças em situações que evocam emoções, sobre as quais os participantes deveriam dizer o motivo de elas estarem se sentindo assim. Como esperado, as crianças de Singapura demonstraram maior sensibilidade à intenção das mentiras, indicando um amadurecimento moral adiantado; o estudo também descobriu que há uma correlação significativa entre o nível de empatia cognitiva e a sensibilidade à intenção da mentira, enquanto não foi encontrada uma forte correlação entre Teoria da Mente a sensibilidade.

Ainda buscando caracterizar o desenvolvimento moral de crianças orientais, Watanabe e Lee (2016), investigaram os motivos de crianças japonesas entre 8 e 14 anos admitirem ou não terem realizado atos pró-sociais, assim como buscaram esclarecer mudanças causadas pelo desenvolvimento entre as idades. Os participantes escutavam duas histórias em que eles próprios se viam em uma situação de realizar um comportamento pró-social; depois, eles deveriam escolher, através de um questionário, se contariam à sua classe que haviam realizado tal comportamento e deveriam avaliar 8 possíveis motivos para terem tomado a decisão. Como resultado, descobriu-se que, conforme as crianças crescem, é mais provável que elas evitem admitir comportamentos pró-sociais, sendo que seus motivos são diversos; outro motivo para que elas evitem admitir esses comportamentos é para que seus pares tenham uma boa impressão delas e para evitar uma avaliação negativa.

Outro estudo realizado investigou se crianças chinesas entre 7 e 11 anos demonstram sensibilidade ao contexto em situações que exigem polidez (Ma, Xu, Heyman, Lee, 2011). Tal

investigação se deu através das suas avaliações de mentiras pró-sociais e verdades pungentes em diferentes ambientes - público ou privado. Os autores argumentam que há evidências de que crianças que cresceram em sociedades asiáticas desenvolvem uma sensibilidade à comunicação que acontece em espaços privados e públicos, principalmente na identificação de mentiras pró-sociais ditas com o objetivo de ser modesto (Ma et al., 2011). Concluiu-se que, conforme as crianças crescem, sua avaliação se torna significativamente influenciada pelo contexto, o que sugere que elas levam em conta as consequências sociais quando fazem o julgamento moral sobre dizer a verdade que pode ser dolorosa ou mentir para proteger os sentimentos de alguém. No Estudo 1, os participantes avaliaram mais negativamente o ato de dizer a verdade do que o de mentir em uma situação pública. Já no Estudo 2, os resultados foram diferentes: os participantes avaliaram mais positivamente o ato de contar a verdade, pois era uma situação na qual a informação correta é importante para que o ouvinte alcance sucesso no futuro.

Zanette et al. (2020) investigaram se crianças com diferentes níveis de problemas de conduta apresentam diferenças de crianças sem problemas de conduta em três áreas relacionadas à mentira, incluindo suas percepções sobre quão frequentemente outras pessoas mentem, sua avaliação moral relacionada ao mentir e ao dizer a verdade e seu próprio comportamento de mentir em diferentes situações. Para isso, os participantes realizavam uma tarefa de avaliação moral que envolve quatro histórias nas quais uma criança deveria escolher entre dizer a verdade ou mentir a um adulto. Após cada história, os participantes respondiam a uma pergunta de avaliação moral e com que frequência ela acreditava que outras pessoas mentiam. Os pais dos participantes responderam a um questionário sobre a frequência com que seus filhos mentem em diferentes contextos. A hipótese foi confirmada: crianças com mais problemas de conduta acreditam que outras pessoas mentem com mais frequência do que

crianças com menos problemas de conduta. Crianças de todos os níveis de conduta avaliaram mentiras pró-sociais como positivas e mentiras anti sociais como negativas. De acordo com o relato dos pais, crianças sem problemas de conduta contam mais mentiras pró-sociais que mentiras anti sociais enquanto crianças com alto nível de problemas de conduta contam mais mentiras anti sociais que pró-sociais.

Rizzo et al. (2019) pesquisaram como as crianças (3 a 13 anos) percebem e avaliam as intenções de uma pessoa que clama por recursos sem saber que já os possui e podendo, assim, estar cometendo uma transgressão moral. Os autores buscaram compreender quais pontos são avaliados pelas crianças em um contexto de alocação de recursos, assim como testar como elas relacionam as informações sobre o estado mental de alguém - o que essa pessoa sabe - com a moralidade de uma ação. Os participantes ouviam a duas histórias, atribuíam uma intenção ao personagem destas, avaliavam em uma escala Likert o falso pedido (mentira) por recursos e atribuíam uma punição ao personagem. Nos resultados, evidencia-se um efeito de idade na compreensão da intencionalidade da mentira: conforme a idade dos participantes aumentou, houve maior compreensão da intenção, o que confirmou a hipótese de que, ao realizar um julgamento moral, o foco no estado mental (crença) do personagem aumenta conforme a idade. A medida de atribuição de intenção ao personagem mostrou-se significativa na predição da avaliação moral e na atribuição de uma punição.

Sauter et al. (2020) investiga o que é mais influente no comportamento de uma criança: ouvir uma história de finalidade moral e instruções para dizer a verdade contra o reforço da mentira em uma situação acadêmica. Os participantes ouviam uma história na qual a personagem era honesta e eram instruídos a fazer o mesmo. Em seguida, eles realizavam um teste de matemática no qual o número de questões corretas era diretamente proporcional ao tempo em que eles teriam acesso a um computador ou celular, ou seja, se as crianças relatassem

que haviam acertado a uma determinada quantidade de questões, isso seria refletido no tempo de acesso ao reforçador. Ao fim do estudo, os pesquisadores concluíram que a história e a instrução para agir como o personagem apresentaram pouco efeito sobre o comportamento de mentira ou de honestidade; o contexto, que reforçava a mentira caso a criança o fizesse, teve maior efeito sobre o comportamento delas do que o conhecimento sobre o que era certo e errado.

Explorando o mesmo tema a partir de um ponto de vista diferente, Sai, Liu, Li, Compton, Heyman (2020) investigaram como e se o mecanismo de escutar a conversa de duas pessoas a respeito do comportamento moral de um terceiro tem impacto sobre a aquisição de valores sociais e morais de crianças pré-escolares. Foram desenvolvidos três estudos nos quais as crianças participavam de uma atividade baseada no paradigma da resistência à tentação em que as crianças tinham a chance de trapacear ao espiar a resposta de um jogo e depois dizer se haviam trapaceado ou não. No primeiro estudo, após terem a chance de espiar a resposta, as crianças ouviram dois adultos conversando sobre outra criança que havia dito a verdade sobre trapacear no jogo e os deixara felizes. As crianças que ouviram essa conversa demonstraram maior propensão a dizer a verdade também. No segundo estudo, o adulto que perguntava à criança se ela havia espiado a resposta do jogo não havia participado da conversa sobre uma terceira criança. Ainda assim, os participantes demonstraram a mesma propensão a dizer a verdade sobre seus comportamentos. Por fim, no último estudo a conversa dos adultos não continha nenhum vocabulário que indicava suas reações emocionais e novamente os participantes disseram mais a verdade. Os autores concluíram que escutar conversas de outras pessoas pode ser utilizado como forma de incentivar as pessoas a dizer a verdade, assim como a expressão de opinião dos adultos pode ter bastante impacto no comportamento das crianças, mesmo que elas não sejam o alvo da conversa.

O estudo de Evans e Lee (2014) se propõe a investigar se crianças e adolescentes em idade escolar (8 a 17 anos) que têm o hábito de mentir ou de ser honesta irão julgar seu par sob a influência dessas características. Estudos feitos com adultos (Rotter, 1980, apud Evans e Lee, 2014) indicam que adultos que confiam mais nos outros são menos propensos a mentir, roubar ou trapacear e que há um declínio em comportamentos desonestos entre o fim da infância e o início da adolescência (Evans e Lee, 2011; Hartshorne e May, 1928; Jensen, Arnet, Feldman e Cauffman, 2004, apud Evans e Lee, 2014). Assim, o estudo realizado por Evans e Lee, 2014, hipotetizou que, conforme a idade dos participantes aumentasse, haveria um aumento de julgamentos a favor da honestidade. Os participantes assistiam a vídeos em que um par afirmava mentir ou dizer a verdade sobre ter colado (peeked) as respostas de um teste. Todos haviam participado do mesmo experimento previamente como o protagonista (speaker). Em consonância com as hipóteses, os participantes demonstraram um viés egocêntrico ao julgar a honestidade de seus pares, ou seja, aqueles que não haviam colado no teste julgaram que seus pares não haviam colado também e a recíproca ocorreu com os que haviam colado no teste.

Smith e Rizzo (2017) investigaram as emoções envolvidas no comportamento de mentira e confissão. Crianças de 4 a 9 anos ouviam a histórias em o personagem comete uma transgressão, falha em escondê-la e por fim mente ou conta a verdade. Crianças de 7 a 9 anos demonstraram sentimentos mais positivos ao ato de contar a verdade do que ao de mentir, enquanto crianças entre 4 e 6 anos demonstraram mais sentimentos positivos relacionados ao comportamento de seguir as transgressões e de mentir, justificando suas respostas através de um raciocínio orientado para o ganho e de esquiva da punição. Já Lavoie, Nagar, Talwar (2017) investigam as diferenças desenvolvimentais no raciocínio de crianças sobre o sigilo e a mentira e como elas utilizam esses comportamentos. No Estudo 1, foi utilizada uma entrevista semiestruturada para explorar como as crianças pensam sobre as mentiras e segredos ao longo

do tempo (entre 8 e 15 anos). O Estudo 2 utilizou dois instrumentos com o intuito de compreender como a avaliação/estimativa das crianças sobre mentir e guardar segredos se compara aos seus reais registros do uso dessas estratégias e também compreender se a frequência reportada pelas crianças sobre seu comportamento de mentir e manter segredos se equipara à frequência reportada por seus pais. As autoras concluíram que, conforme as crianças envelhecem, as suas motivações para mentir ou manter um segredo adquirem mais nuances e com um caráter essencialmente utilitário. Além disso, o uso dessas estratégias pode ser considerado uma ferramenta adaptativa que facilita os seus relacionamentos sociais.

4. Conclusão

Em conclusão, o objetivo do presente estudo foi sintetizar as principais evidências científicas, produzidas no período de 2011-2020, na área do Desenvolvimento Moral e sua possível correlação com o comportamento de mentir. Com base nessa revisão sistemática, observou-se que, conforme as crianças crescem, suas motivações para mentir ou manter um segredo, por exemplo, adquirem mais nuances e um caráter essencialmente utilitário (Smith e Rizzo, 2017), podendo ser uma ferramenta adaptativa que facilita seus relacionamentos pessoais. Por outro lado, ao avaliar a intencionalidade de uma mentira, crianças mais velhas percebem melhor as diferentes variáveis envolvidas no ato de se dizer uma mentira e levam isso em conta ao avaliar e atribuir uma punição a elas (Rizzo et al., 2019). Destaca-se também o viés egocêntrico que as crianças demonstram ao julgar a honestidade de seus pares (Evans e Lee, 2014), ou seja, levam em conta seu próprio comportamento de honestidade ou mentira ao fazê-lo. Esses indícios apontam que há uma correlação entre o Desenvolvimento Moral das crianças e a forma como elas compreendem, interpretam e julgam mentiras.

Outra variável explorada nos estudos dessa área é como o ambiente pode influenciar o comportamento de mentira das crianças. Sauter et al. (2020) observaram que instruções para dizer a verdade ou histórias de caráter moral têm menos impacto sobre o comportamento das crianças do que consequências que reforçam o comportamento desonesto, enquanto Sai et al. (2020) concluem que a opinião dos adultos pode ter bastante impacto no comportamento das crianças e que escutar conversas de outras pessoas valorizando a honestidade pode ser utilizado como forma de incentivá-las a dizer a verdade.

Os estudos realizados com crianças orientais, como Watanabe e Lee (2016) e Ma et al. (2011), indicam que há um grande impacto da cultura sobre o comportamento de mentira e no seu julgamento. Observou-se que o fato do ambiente ser público ou privado é uma variável que, conforme as crianças crescem, impacta cada vez mais sua avaliação sobre a escolha de dizer uma verdade ou uma mentira (Ma et al., 2011). Ao longo do tempo, crianças de sociedades orientais também passam a admitir com menos frequência seus comportamentos pró-sociais (Watanabe e Lee, 2016). Isso pode ser interpretado como um reflexo de sua característica coletivista, ou seja, as crianças aprendem a ser mais modestas e a não exaltar seus comportamentos para não se destacarem individualmente. Para que isso ocorra, muitas vezes elas podem recorrer às mentiras pró-sociais.

Em síntese, os estudos indicam que há, realmente, um efeito de idade na compreensão e julgamento da mentira. No entanto, ainda não está claro quanto do desenvolvimento moral é decorrência de um processo maturacional (programado na espécie humana) das crianças e quanto elas aprendem com o seu ambiente, sendo necessários mais estudos que investiguem essas variáveis. Outros pontos que podem ser investigados com mais profundidade é o da consequência para o comportamento em detrimento do que a criança sabe ser correto e também qual o impacto da opinião de adultos sobre ela. Por fim, estudos transculturais e que explorem

culturas diferentes das norte-americanas e asiáticas contribuirão para melhor compreensão do Desenvolvimento Moral e do comportamento de mentira.

Destacamos como limitação principal deste estudo o número limitado de palavras-chave. Outros termos, como por exemplo, “moralidade”, “julgamento moral” ou “honestidade”, poderiam ter resultado em uma . Além disso, o número de estudos sobre o comportamento de mentir que não inclui uma palavra-chave relacionada ao desenvolvimento moral é muito maior do que o número de estudos aqui relatado. Kang Lee, por exemplo, é um importante pesquisador do tema mentira e cognição e possui diversos estudos que não pertencem ao recorte realizado nesta revisão (Evans e Lee, 2013; Lee e Talwar, 2008; Lee e Talwar, 2002; Gordon, Talwar e Lee, 2007). No Brasil esse é um campo muito promissor, uma vez que há poucos estudos realizados.

Referências

- Arruda, D. A. (2018). *O mentir pró-social em escolares: influências de idade, contexto social e consequências*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. 69 pp.
- Doyle, F. L., & Bussey, K. (2018). Moral disengagement and children's propensity to tell coached lies. *Journal of Moral Education*, 47(1), 91–103.
- Evans, A. D., & Lee, K. (2013). Emergence of lying in very young children. *Developmental Psychology*, 49(10), 1958–1963.
- Evans, A. D., Lee, K. (2013). Lying, morality and development. In Killen, M., Smetana, J. G. (2014) *Handbook of Moral Development*. Nova York: Psychology Press.
- Evans, A. D., & Lee, K. (2014). The relation between 8- to 17-year-olds' judgments of other's honesty and their own past honest behaviors. *International Journal of Behavioral Development*, 38(3), 277–281.
- Ferreira, M. C., Fischer, R., Porto, J. B., Pilati, R. & Milfont, T. L. (2012). Unraveling the mystery of brazilian jeitinho: a cultural exploration of social norms. *Personal and Social Psychology Bulletin*, 38 (No .3), 331-344.
- Haidt, J. (2012). *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. Nova York: Pantheon Books.
- Harvey, T., Davoodi, T., & Blake, P. R. (2018). Young children will lie to prevent a moral transgression. *Journal of Experimental Child Psychology*, 165, 51–65.
- Killen, M., Smetana, J. G. (2014) *Handbook of Moral Development*. Nova York: Psychology Press.
- Kipp, K. & Shaffer, D. R. (2010). *Developmental Psychology: Childhood and Adolescence* (8^a ed.) Belmont:Wadsworth

- Kohlberg, L. (1982) Moral stages and moralization. A cognitive developmental approach, *Journal for the Study of Education and Development*, 5:18, 33-51
- Lavoie, J., Nagar, P. M., & Talwar, V. (2017). From Kantian to Machiavellian deceivers: Development of children's reasoning and self-reported use of secrets and lies. *Childhood*, 24(2), 197–211.
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *PloS Medicine*, 6(7), e1000100.
- Lim, J., Peterson, C. C., De Rosnay, M., & Slaughter, V. (2020). Children's moral evaluations of prosocial and self-interested lying in relation to age, ToM, cognitive empathy and culture. *European Journal of Developmental Psychology*, 17(4), 504–526.
- Ma, F., Xu, F., Heyman, G. D., & Lee, K. (2011). Chinese children's evaluations of white lies: Weighing the consequences for recipients. *Journal of Experimental Child Psychology*, 108(2), 308–321.
- Motta, F. C. P. & Alcadipani, R. (1999). Jeitinho brasileiro, controle social e competição. *Revista de Administração de Empresas*, 39, 6-12.
- Piaget, J. (1932/1965). *The moral judgment of the child*. Free Press.
- Rizzo, M. T., Li, L., Burkholder, A. R., & Killen, M. (2019). Lying, negligence, or lack of knowledge? Children's intention-based moral reasoning about resource claims. *Developmental Psychology*, 55(2), 274–285.
- Sai, L., Liu, X., Li, H., Compton, B. J., & Heyman, G. D. (2020). Promoting Honesty Through Overheard Conversations. *Developmental Psychology*.

- Sauter, J. A., Stocco, C. S., Luczynski, K. C., & Moline, A. D. (2020). Temporary, inconsistent, and null effects of a moral story and instruction on honesty. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 53(1), 134–146.
- Smith, C. E., & Rizzo, M. T. (2017). Children's confession- and lying-related emotion expectancies: Developmental differences and connections to parent-reported confession behavior. *Journal of Experimental Child Psychology*, 156, 113–128.
- Talwar, V., Gordon, H. M., & Lee, K. (2007). Lying in the elementary school years: Verbal deception and its relation to second-order belief understanding. *Developmental Psychology*, 43(3), 804–810.
- Talwar, V. & Lee, K. (2008), Social and Cognitive Correlates of Children's Lying Behavior. *Child Development*, 79: 866-881.
- Turiel, E. (2015). Moral development. In W. F. Overton, P. C. M. Molenaar, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology and developmental science: Theory and method* (pp. 484–522). John Wiley & Sons, Inc..
- Vendetti, C., Kamawar, D. & Andrews (2019). Theory of mind and preschoolers' understanding of misdeed and politeness lies. *American Psychological Association*, 55 (No. 4), 823–834.
- Watanabe, Y., & Lee, K. (2016). Children's motives for admitting to prosocial behavior. *Frontiers in Psychology*, 7.
- Wimmer, H., & Perner, J. (1983). Beliefs about beliefs: Representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. *Cognition*, 13(1), 103–128.

Zanette, S., Walsh, M., Augimeri, L., & Lee, K. (2020). Differences and similarities in lying frequency, moral evaluations, and beliefs about lying among children with and without conduct problems. *Journal of Experimental Child Psychology*, 192.